

## RESENHA: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVA COMPARADA.

Silvani Ribeiro de Paiva<sup>1</sup>

Faculdade Católica de Uberlândia

---

OLIVEIRA Dalila Andrade; PINI, Mônica Eva, FELDFEBER, Myriam. *Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada*. Belo Horizonte, MG Fino Traço, 2011.

---

O livro “Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada” é uma coletânea de textos organizada por Dalila Andrade de Oliveira, Mônica Pini e Myriam Feldfeber, composta por nove capítulos, totalizando 215 páginas. O trabalho é derivado de estudos e pesquisas realizados nos dois últimos anos por uma equipe de profissionais composta por pesquisadores brasileiros e argentinos, por meio de um acordo firmado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal do Nível Superior (CAPES) do Brasil e o Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação Produtiva da República Argentina (MINCYT), que apoiaram o intercâmbio acadêmico através do Projeto “Nova regulação educativa na Argentina e no Brasil: perspectiva comparada”. A obra possibilita ao leitor apreender os complexos processos de regulação educativa nos dois países, por meio de uma perspectiva analítica comparada, que se efetivou pela participação de seus pesquisadores, em cada recorte temático.

Esse esforço teórico-metodológico permitiu análises mais contextualizadas das políticas nacionais e contribuiu para a compreensão das diferenças e convergências transnacionais, fazendo com que os resultados apresentados consistam em grande relevância para a área das ciências humanas, pois tem como foco a interface do Estado e Políticas Educacionais que, ao mesmo tempo, propiciam novos olhares sobre o estado da arte da regulação na educação, apresentam diferentes modelos adotados e seus

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, membro do grupo Polis -Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas, Educação, Cidadania. UFU. Coordenadora e Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Católica de Uberlândia.

desdobramentos no sistema educativo, na Argentina e no Brasil. O trabalho em tela é emblemático das potencialidades de intercâmbio entre pesquisadores, em especial, da riqueza acadêmica ensejada pela consolidação de redes de pesquisa sobre a América Latina.

O primeiro capítulo da obra em foco é intitulado “Políticas educacionais e formas de regulação: um estudo comparado entre Brasil e Argentina” de autoria de Dalila Andrade de Oliveira (Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG), Mônica Eva Pini (Diretora do Centro de estudos Interdisciplinar em Educação, Cultura e sociedade da Escola de Humanidad Nacional de San Martín – UNSAM) e Myriam Feldfeber (professora da Faculdade Filosofia e Letras y de Ciências Sociais da Universidade de Bueno Aires/ UBA). O texto apresenta resultados das duas supramencionadas realidades e busca colocar em relevo especificidades locais das políticas educacionais sob o prisma da abordagem sociológica. Uma das principais preocupações apresentadas pelas autoras foi identificar o que é retórica e o que de fato constitui mudança de base estrutural dos sistemas educativos dos dois países, e em que medida tal retórica foi ou não absorvida pelos autores sociais envolvidos.

O texto nos permite compreender as mudanças ocorridas na relação de controle entre as instituições educativas e o Estado. Com efeito, possibilita-nos ampliar reflexões sobre as mediações entre os modelos de regulação especificamente nacionais e interações transnacionais e como são produzidos ou impactados no nível de organização dos sistemas educativos. As autoras, ao considerar o termo regulação, fornecem meios para compreensão dos processos políticos, econômicos e sociais mais recentes, pois são utilizados nas últimas décadas como um conceito em favor da intervenção ou de controle do Estado – ou regulação do Estado- em oposição ao mercado livre ou total desregulamentação do Estado.

Ao tratar das reformas ocorridas na educação, as autoras nos possibilitam compreender a existência de rearranjo no nível macro, que redefine uma nova regulação social, ainda que os contextos da globalização entre as dimensões locais e globais tenham forjado uma nova regulação social educativa, em que novas formas de gestão e financiamento da educação constituem medidas políticas administrativas de grande regulação dos sistemas escolares. Destarte, tais medidas surgem como soluções técnicas e políticas para as resoluções de problemas de ineficiência administrativa dos sistemas

escolares ou da busca de adequação e racionalização dos recursos existentes, acompanhados da ideia de transparência e de participação local.

As autoras nos possibilitam perceber que a tendência em curso é consolidada por meio de dispositivos que primam pela intensificação da retirada do Estado e seu papel executor e, de forma simultânea, pela transferência para a sociedade da gestão dos serviços. Com efeito, altera-se a relação com o público atendido e com as iniciativas de gestão dos serviços no nível local e produzem comportamentos com outras conformações que podem apontar para experiências em outra direção, tais como a busca do desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa de âmbito local.

Concluem evidenciando a importância dos momentos presenciais que tiveram para a confrontação dos dados e análises realizadas nas pesquisas e estudos comparados, por ser um trabalho realizado de forma simultânea, coletiva e dialogada entre os pesquisadores em diferentes universidades dos dois países.

No segundo capítulo, “Novas e velhas formas de regulação dos sistemas educativos no Brasil e na Argentina”, as autoras discutem de forma simultânea políticas educacionais implementadas na Argentina e no Brasil, a perspectiva comparada sobre a política educacional nos dois últimos governos nacionais, no Brasil, os dois mandatos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o início de governo da Presidente Dilma Rousseff; e na Argentina, os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernandez Kirchner.

As reflexões apresentadas pelas autoras nos permitem compreender as perspectivas das políticas dos atuais governos, mediante a continuidade e as rupturas das políticas, as quais têm como matriz as orientações reformistas que se instalaram nesses países na década de 1990. Tais matrizes, tangenciadas pelo contexto da redefinição do papel do Estado na gestão das políticas públicas, dialogam com as tendências globais que se inscrevem nas novas formas de regulação dos sistemas educativos. As análises asseveram que as políticas dos governos do Brasil e da Argentina põem em evidência discursos e medidas que marcam algumas diferenças em relação à lógica reformista dos anos de 1990, evidenciando que estas diferenças não têm resultado em uma ruptura significativa no que se refere ao modelo reformista instalado na década em discussão. Essa análise surge a partir de dois aspectos centrais de sistemas: regulação nos marcos da organização federal dos países e a focalização das políticas públicas.

O terceiro capítulo “Argentina e Brasil: mudanças e contradições nas políticas educativas”, de autoria de Mônica Eva Pini e Savana Diniz Gomes Melo, apresenta contradições fundamentais no papel do Estado e as políticas educativas na Argentina e no Brasil desde 1990, procurando tratar as transformações no papel do Estado e das Políticas Educacionais, identificando as tendências no período 2003 – 2009. Analisam as mudanças ocorridas nos modelos adotados nas políticas educativas e leis em vigor e seus efeitos em diferentes dimensões do sistema educativo, à luz da legislação vigente. Os estudos realizados nos dois países apontam o favorecimento dos enfoques neoliberais e neoconservadores das agências educacionais na América Latina que adquiriram os traços das recomendações das agências internacionais: priorizando a eficiência e a qualidade, em que a avaliação é compreendida como padrões ou indicadores, a descentralização e a autonomia, a privatização e a orientação para formação de recursos humanos, a fim de aumentar a competitividade internacional das economias nacionais.

As autoras apresentam a semelhança de outros países da região, mas na Argentina e no Brasil as complexidades históricas que configuram as raízes políticas do sistema de bem-estar social tiveram suas peculiaridades, na Argentina, avançaram na construção de uma forma densa em relação às estruturas que constituem o Estado de bem-estar (educação, saúde, seguridade social, por exemplo). Tais estruturas não operavam em consonância com a dinâmica do mercado, não ofereciam condições reais de inserção das pessoas marginalizadas pelo processo de produção econômica, surgindo, assim, os problemas de desigualdade socioeconômica.

Já no Brasil, não se chegou a construir um Estado de Bem Estar similar ao dos países centrais. No campo da educação, isso se faz evidente, por exemplo, no Brasil, com as medidas que indicam a busca pela centralização na definição das políticas educacionais por parte do Ministério da Educação, enquanto que, na Argentina, verificam-se as tentativas de adoção de uma política que diminua a segmentação das disparidades entre os Estados e dentro de cada um deles. No entanto, percebe-se que a heterogeneidade da pobreza e a multiplicidade de situações de vulnerabilidade nos dois países assinalam a necessidade de um trabalho integral e diversificado, que não perca de vista a importância da adoção de uma política que perpetue a coletividade.

No quarto capítulo, “Tendências nacionais e sub-nacionais na gestão escolar: Argentina e Brasil 1990 -2010”, os pesquisadores Jorge M. Gorostiagra e Livia Maria Fraga Vieira examinam os processos de reforma da gestão escolar que tiveram lugar nos níveis

nacional e subnacional, na Argentina e no Brasil, particularmente, a partir de meados da década de 1990. Discutem algumas tendências gerais por meio da análise de legislação, documentos oficiais e fontes secundárias. Sendo os dois países de organização federativa e com tradição de conflitos entre o centro e os níveis de governo subnacionais, as reformas educativas das últimas duas décadas têm implicado importantes rearticulações entre os diferentes níveis de governo que, por sua vez, têm refletido de diversas maneiras nas políticas provinciais (para o caso argentino) e estaduais e municipais (para o caso brasileiro).

O objetivo maior das autoras nesse capítulo foi evidenciar os processos de reforma educacional em que ambos os países atravessam mediante um processo de democratização política posterior às sangrentas ditaduras militares e às apropriações de seus Estados e de um modelo neoliberal.

O texto que compõe o capítulo cinco é intitulado “Políticas de Integração e Integralização da Educação Superior no MERCOSUL Educativo”, cuja autoria é de Maria Rosimary Soares dos Santos e Ana Maria Cambours de Donini. As autoras discutem a institucionalização do Setor Educativo do Mercosul no marco das tendências e transformações recentes da Educação Superior. As análises indicam que a incorporação da educação superior como área de comércio internacional no âmbito do Acordo Geral Sobre Comércio Internacional no âmbito do Acordo Geral Sobre Comércio de Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio (OMC) é o principal elemento desencadeador da recente e crescente internacionalização da educação.

Tendo em vista tal consideração, o trabalho propõe, a partir do levantamento da produção bibliográfica e documental sobre processos de internacionalização e integração da educação superior no MERCOSUL, discutir os avanços e as dificuldades dos planos estratégicos do Setor Educativo do MERCOSUL na área de educação superior, a criação do Espaço Regional de Educação Superior do MERCOSUL e sua relação com os demais blocos ou espaços regionais de educação superior. Os estudos chamam atenção para as transformações das regras que intentam a internacionalização universitária; o predomínio de acordos de importação e exportação de serviços educacionais com o enfoque na desregulamentação; e o papel dos agentes responsáveis pela gestão universitária, bem como a defesa ou crítica das tendências à liberalização ou internacionalização regulada e suas influências na tomada de decisões.

Mário Luiz Neves de Azevedo é autor das análises que compõem o Capítulo Seis, com o texto intitulado “O campo global da educação superior, as organizações internacionais e a hegemonia mercadorizante”. As análises evidenciam o papel dos organismos internacionais e hegemonia mercadorizante, criados a partir da conferência de Bretton Woods para discutir a reorganização econômica do mundo, onde na ocasião são criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e posteriormente a Organização Mundial do Comércio (OMC), que passam ter na política global depois da crise de 1973. Considera que esses organismos passam a ter um peso fundamental na luta pela supremacia da política global. Em tal contexto, a Educação Superior, principalmente, a partir dos anos 1990.

A partir dessas questões, o autor analisa as recentes transformações e reformas da educação superior no Brasil, principalmente por se tornar um setor em expansão capitalista, por intermédio da exportação de serviços, privatização e cobrança. Além de ser fundamental para o que se chamará de economia baseada no conhecimento, ou sociedade do conhecimento, como preferem chamar as organizações internacionais promotoras do neoliberalismo econômico.

No capítulo sete “Perspectivas discursivas sobre a profissionalização docente na América Latina”, o professor César Tello se propõe analisar os processos de profissionalização docente através das perspectivas discursivas dos diversos atores que intervêm na conformação dessa categoria conceitual, segundo suas cosmovisões, enfoques e modelos de educação para a América Latina. A década de 1990 é considerada o marco inicial do neoliberalismo pedagógico emanado do documento de Jontiem (Tailândia), quando se cristaliza uma série de transformações que geram profundas mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais nos países e região. Essas mudanças causaram impacto, transformaram e redesenharam a esfera educativa principalmente por meio das reformas e pós-reformas nos sistemas educacionais na América Latina, estreitamente vinculadas aos processos de reestruturação das economias nacionais.

O autor procura apresentar os sentidos e as perspectivas outorgadas à profissionalização docente na América Latina, na qual converteram em um espaço de confrontação com implicações para a prática e a política educativa que se desdobram em perspectivas discursivas divergentes e antagônicas. Essas perspectivas são apresentadas pelo autor através do agrupamento de textos que possuem uma mesma visão sobre as políticas docentes e, em particular, sobre a categoria profissionalização docente. Nos textos

analisados aparecem noções que, do ponto de vista de nossa posição epistemológica, constroem de alguma forma o sentido da categoria profissionalização docente, tais como: autonomia docente, salário e incentivos, o papel do docente e sua relação com os diretores de escolas, pais e alunos.

Capítulo oitavo, “A regulação educativa em Minas Gerais: efeitos sobre o trabalho docente”, professora Maria Helena Augusto analisa o programa de governo denominado “Choque de Gestão”, adotado durante o período de 2003 a 2010 em Minas Gerais, bem como os efeitos das medidas decorrentes desse programa sobre a gestão de profissionais da educação, como uma experiência que ilustra uma tendência presente nas reformas educativas atuais. Busca, assim, analisar o papel do Estado no marco das políticas de regulação educativa, e os efeitos das medidas de obrigação de resultados sobre as escolas e os professores.

A autora destaca que a procura de indicadores de equidade e de eficácia escolar nos sistemas educacionais tem mobilizado os estados em grande variedade de contextos, conduzindo as suas ações segundo os indicadores internacionais. As medidas políticas estão sendo direcionadas e articuladas no sentido de contribuir com a ampliação das competências e a *performance* dos alunos e das escolas e, desta forma, aumentar a competitividade econômica. Assumindo o propósito, os estados adotam medidas interventoras de regulação, para orientar e conduzir as ações das instâncias intermediárias e locais ampliando os controles sobre os resultados por meio de avaliações de seus sistemas educacionais. Nesse caso as políticas educacionais, por meio de acordo e resultados, como a vigente em Minas Gerais representa uma nova modalidade de regulação, que amplia de forma significativa a responsabilidade das instituições escolares e dos professores da rede pública estadual, pelos resultados escolares dos alunos. Pelo que a autora analisa, os acordos e resultados representam a forma de institucionalização das medidas de responsabilização das escolas e professores, trazendo consequências sobre a forma como se organiza o trabalho docente. As reflexões apresentadas pela autora permitem questionar a verticalidade das medidas e a intervenção linear na formulação e implementação das políticas educacionais.

No capítulo Nono “Identidade(s) docente(s): aproximações teóricas”, o professor Maurício Estevam aborda a temática da construção da(s) identidade(s) docente(s) em duas vertentes de compreensão do processo de construção de identidades individuais e sociais, a que privilegia a construção das identidades a partir dos processos relacionais de

socialização, e outra que destaca a construção identitária a partir das lutas sociais. O autor discute as relações entre o movimento sindical e os processos de construção das identidades docentes, destacando a constituição de uma identidade legada à ideia de “trabalhadores do ensino”. Ao propor essa discussão sobre “identidades”, o autor faz entender que não existe uma identidade em essência, imutável, que acompanha o sujeito social ao longo de sua existência sem sofrer transformações.

As identidades são construções sociais e de linguagem, relativa a uma determinada época histórica, a um determinado contexto sociopolítico, pois é necessário compreender que as identidades profissionais docentes devem ser analisadas como um movimento, uma construção dinâmica, um processo contínuo, que pode conhecer fases de rupturas, de continuidades ou reelaborações a partir de modelos anteriores de identificação. Portanto o texto evidencia a tessitura de um referencial teórico sobre o conceito de identidade, sugerem aproximações a partir da compreensão das identidades como parte de processos relacionais.

A obra “Políticas Educacionais e Trabalho Docente: perspectiva comparada” é recomendada por oportunizar o conhecimento comparativo em termos teóricos e práticos da realidade educacional latino-americana, e, em específico, das realidades da Argentina e do Brasil, uma vez que aborda de maneira particular e densa aspectos das políticas educacionais dos supracitados países, evidenciando suas singularidades, regularidades e similitudes em suas raízes históricas e nos processos políticos, econômicos e sociais mais recentes.